

Sarney não abre mão de formar seu bloco

TARCISIO HOLANDA
Da Editoria de Política

O presidente José Sarney decidiu estimular suas lideranças a intensificar as conversações com vistas à formação de bloco parlamentar governista. Sarney sente-se desamparado de apoio político em face das divisões que lavram no PMDB e no PFL e procura formar uma base de sustentação até que conclua seu mandato, em 15 de março de 1990. Este é um plano que interessa ao Presidente e a seus aliados mas não interessa ao deputado Ulysses Guimarães e a todos os que acham que ainda é possível garantir a sobrevivência do PMDB.

O Presidente e seus amigos inspiram-se em artigo das Disposições Transitórias da nova Constituição que autoriza a formação de blocos parlamentares. A inovação resultou de proposta da esquerda, que tentou invalidá-la no segundo turno, quando não foi possível reunir o quorum de maioria absoluta para suprimi-la do novo texto. Os líderes do Governo na Câmara e no Senado estão excitados com essa possibilidade, certos de que o bloco será o embrião de futuro partido.

Ulysses Guimarães não quer perder o grande capital político-eleitoral que é o PMDB. Ele, seus aliados e assessores decidiram que o dispositivo constitucional terá de ser convenientemente interpretado no Regimento Interno da Câmara. E essa interpretação difere da que fazem o Governo e os seus amigos.

Para Ulysses, o dispositivo aprovado no segundo

turno autoriza a formação de blocos de partidos, não acima de partidos e congregando parlamentares oriundos de diversas legendas. Ulysses já teve oportunidade de advertir Sarney de que a criação de blocos seria a melhor maneira de implodir os partidos, prestando-se, assim, um grande desserviço à restauração da democracia no País.

Sarney tem razões para pensar na criação de um bloco com a adesão de parlamentares do PMDB, PFL e de todos os partidos. Ele não conta mais com o PMDB, ou, pelo menos, com uma parte do PMDB e assiste a uma dissidência significativa no PFL. Como ainda tem contados 18 meses de mandato, precisa formar seu próprio bloco de sustentação para evitar a emergência de crises políticas no que lhe resta de governo.

O problema não terá solução antes da promulgação da nova Constituição prevista para o dia 5 de outubro. E de praxe esperar que os presidentes da Câmara e do Senado designem comissão para estudar reforma no Regimento a fim de adaptar esse conjunto de normas que disciplinam a vida interna das duas instituições ao novo texto constitucional.

A reforma regimental terá de ser submetida ao plenário das duas Casas, antes de se tornar letra de lei. Esta vai ser uma ótima oportunidade para saber quem controla a maioria, sobretudo na Câmara, se Ulysses ou Sarney, afastados desde a última reforma ministerial.

09 SET 1989
CORREIO BRAZILIENSE